



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO 10/19 - ELETRÔNICO

PROCESSO SEI 0021524-46.2019.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão TCU-Plenário 754/2015** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE-SE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, designados pela Portaria TRE-SE 606/2017, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pelo Decreto 9.507/2018, pela Resolução CNJ 169/2013, pela Resolução TSE 23.234/2010, Resolução TRE-SE 175/2014, Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e pela Instrução Normativa SGMPDG 5/2017, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NAS UNIDADES DO TRE-SE**, que terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta dos Programas de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, Grupo Natureza de Despesa (GND) - Outras Despesas Correntes.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9h (NOVE HORAS), HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NAS UNIDADES DO TRE-SE**, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e em seu(s) anexo(s).

2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar desta licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao esta licitação.

2.1.2 Para participação nesta licitação, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade

com as exigências deste Edital.

2.1.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.1.4 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização desta licitação.

2.2 Não serão admitidos o consórcio de licitantes e a participação de cooperativas de mão de obra (Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia Geral da União e homologado nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF).

2.3 Não poderão participar deste certame:

2.3.1 Empresários cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto desta licitação.

2.3.2 Empresas que tenham em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art., 2º, VI, da Resolução CNJ 7/2005).

2.3.3 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art, 2º, VI, da Resolução CNJ 7/2005).

2.4 A microempresa ou a empresa de pequeno porte optante por recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional poderá participar desta licitação, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, faça a comunicação ao órgão fazendário competente, para fins de exclusão do regime diferenciado, e para que passe a recolher os tributos pelo regime comum (Acórdão TCU-Plenário 797/2011).

3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, a partir de **4 DE OUTUBRO DE 2019**, dia da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Seção 3, até o dia **16 DE OUTUBRO DE 2019**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.2 O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida ou de sua desconexão.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I – Termo de Referência e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta o licitante deverá preencher a Planilha de Formação de Preços constante do Anexo II.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme **item 5** deste Edital, Anexo I – Termo de Referência e Anexo III – Minuta do Contrato.

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do Anexo I – Termo de Referência.

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4.3 A declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

3.5 O licitante vencedor deverá informar durante a sessão de julgamento, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou, caso haja problema de conexão, pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br, o sindicato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço, se houver, bem como a respectiva data base e vigência, conforme Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

3.6 A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993.

3.6.1 O disposto no **item 3.6** deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despesa sem justa causa ou com o quantitativo de vales-transporte.

3.6.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do TRE-SE, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no art. 65, I, "b", da Lei 8.666/1993.

3.6.3 A apresentação de proposta(s) implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela(s) contidas, assumindo o proponente o

compromisso de executar os serviços nos termos definidos, conforme especificações e exigências constantes dos Anexos.

4 FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 O licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da administração pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.1.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital.

4.1.2 Prova de regularidade para com as fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da união) e municipal (do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei).

4.1.3 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.1.5 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.1.6 Registro do empresário ou sociedade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT.

4.1.7 Prova de possuir em seu quadro permanente ou declaração de que possuirá, após a assinatura do Contrato e antes do início da sua execução, pelo menos 1 (um) responsável técnico habilitado na área de engenharia mecânica ou, na hipótese de registro no CRT, pelo menos 1 (um) responsável técnico habilitado na área técnica em refrigeração e AR.

4.1.7.1 A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais poderá ser efetuada por intermédio de um dos seguintes documentos: contrato social, no caso de sócio, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço, ficha de registro de empregado ou pela certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, conforme o caso, em nome da pessoa jurídica e desde que conste o nome do profissional indicado.

4.1.8 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.9 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

4.1.10 Ainda para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá comprovar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

4.1.11 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional do licitante, deverá(ão) ser apresentado(s) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa/executou contrato de cessão de mão de obra com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho previstos na tabela constante do item 1.1 do Anexo I (Termo de Referência), podendo o Pregoeiro solicitar cópia(s) do(s) contrato(s) referido(s) pelo(s) atestado(s) apresentado(s).

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Municipal) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) válidos no SICAF, ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos **itens 4.1.1 a 4.1.6 e 4.1.10**, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no SICAF será constatada por meio de consulta on-line, na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seus Anexos, o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

5 PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias contados de sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que receber a convocação, assinar o contrato.

5.2.1 Integram o contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital desta licitação, seu(s) Anexo(s) e a proposta da contratada.

5.3. Os prazos, o local e as demais condições de execução da contratação encontram-se definidos nos Anexos I, III e IV deste Edital (Termo de Referência, Minuta do Termo de Contrato e Instrumento de Medição de Resultado, respectivamente).

6 PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá:

6.1.1.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, apresentar pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.1.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o Edital por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido na primeira hora do expediente do dia seguinte, no TRE-SE.

6.1.2.1.1 O horário de funcionamento do TRE-SE é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-se.jus.br.

6.1.2.3 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), dará início à sessão pública na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade ao **item 3.1**.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atendam às exigências deste Edital.

6.2.1.1.1 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos para o item.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 Os lances serão ofertados pelo valor total do item, considerando todo o período de contratação, conforme **item 1** do Anexo I – Termo de Referência.

6.2.3 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.4 Somente será aceito lance inferior ao último valor registrado no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) e ofertado pelo mesmo licitante.

6.2.5 Em havendo mais de um registro de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.2.6 Durante a sessão pública desta licitação, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de seu detentor.

6.2.7 A fase de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente aos licitantes, por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de analisar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br/), ao licitante classificado em primeiro lugar para o item, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência, caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme **item 6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho.

6.3.1.3.1.3 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social.

6.3.1.3.1.4 Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares.

6.3.1.3.1.5 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.6 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.7 Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

6.3.1.3.1.8 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

6.3.1.3.1.9 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

6.3.1.3.1.10 Estudos setoriais.

6.3.1.3.1.11 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

6.3.1.3.1.12 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

6.3.1.3.1.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.2.1 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e existir(em) outra(s) proposta(s) superior(es) em até 5% (cinco por cento) ofertada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, esta(s) poderá(ão) ofertar, pela ordem, no prazo de até 5 (cinco) minutos, proposta(s) inferior àquela.

6.3.2.1.1 Não exercitado, o direito preclui, sendo convocada a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte seguinte, se houver.

6.3.2.1.1.1 Configurado o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à melhor classificada, no prazo de 10 (dez) minutos.

6.3.2.1.1.2 Não prosperando o procedimento de desempate, será analisada a aceitabilidade da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

6.3.3 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.3.1 O licitante cuja proposta seja classificada em primeiro lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível, deverá:

6.3.3.1.1 Enviar/Entregar Planilha de Formação de Preço (conforme modelo do Anexo II) e a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e o Risco Ambiental do Trabalho (RAT) do licitante, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações, observado o prazo estipulado pelo pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.3.1.1.1 O envio ou a entrega e a análise da planilha precedem a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar.

6.3.3.1.1.2 A Planilha de Formação de Preço constante do Anexo II deste Edital servirá de modelo para elaboração da proposta, devendo o licitante nela informar o acordo, convenção coletiva ou sentença normativa utilizada como parâmetro para formulação de sua proposta, cabendo-lhe ainda apresentar justificativa caso haja alteração dos itens de custos.

6.3.3.1.1.3 Nos custos indiretos, deve constar a previsão do custo com a manutenção mensal da conta vinculada para depósito dos encargos trabalhistas, consoante acordo firmado entre o TRE-SE e o Banco do Brasil, o qual estabelece a cobrança de tarifas mensal de manutenção, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do Banco e disponível na internet (www.bb.com.br), na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil.

6.3.3.1.1.4 Caso a proposta apresente percentuais diferentes daqueles informados no Anexo II, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante apresentar a respectiva justificativa e a memória de cálculo.

6.3.3.1.2 Para obtenção do valor de referência desta contratação foi considerada a categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe, CNPJ 32.742.231/0001-67, e o Sindicato EMP DE COND E EMP DE ASSEIO CONS DO ESTADO DE SERGIPE, CNPJ 32.825.283/0001-05, para o período de 1º/1/2019 a 31/12/2019, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego com o protocolo SE000041/2019.

6.3.3.1.2.1 Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante poderá utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, **tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante**, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT; art. 8º, inciso II, da Constituição Federal; Acórdão TCU 1097/2019-Plenário).

6.3.3.1.3 Na hipótese de a planilha ser apresentada com incorreções, o pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, nos moldes delineados no **item 6.3.3.1.1**, para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.3.1.4 Se o licitante vencedor deixar de apresentar a Planilha de Formação de Preço nos termos estabelecidos neste Edital (Anexo II) ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo a que se refere o **item 6.3.3.1.3**, poderá sofrer a penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.4 Exigências de Habilitação:

6.3.4.1 No prazo estipulado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), o(s) classificado(s) em primeiro lugar deverá(ão) apresentar os documentos relativos à habilitação, exigidos nos **itens 4.1.1 a 4.1.11**.

6.3.4.1.1 Os documentos referidos no **item 6.3.4.1** deverão ser apresentados, em ordem de preferência, por meio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações (SELIC), observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de, no mínimo, 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.4.1.2 A regularidade dos documentos referidos no **item 6.3.4.1** poderá ser verificada via Internet, por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e outros sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento, ficando dispensada, para os documentos em que for possível esta comprovação, a apresentação exigida no **item 6.3.4.1**.

6.3.4.1.2.1 Na impossibilidade de consulta ao SICAF e/ou a outros sítios oficiais, observar-se-á o **item 6.3.4.1.1**.

6.3.4.2 A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.4.2.1 A não-regularização referida no **item 6.3.4.2** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

6.3.5 Outras Disposições:

6.3.5.1 Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.3.5.1.1 Na situação prevista no **item 6.3.5.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os **itens 6.3.1 a 6.3.4**.

6.3.5.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

6.3.5.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.5.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de menor preço, segundo o fator preço global por item, desde que atendidas as exigências deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

6.3.5.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação, escoimadas as causas que ensejaram a desclassificação.

7 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão TCU-Plenário 339/2010).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no **item 7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

7.5 Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado aos licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a esta licitação cabe Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

7.8.1 Anulação ou revogação desta licitação, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

7.8.2 Rescisão da Contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

7.9 No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE-SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE/SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do licitante.

7.10 Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.10.1 A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos **itens 7.8 e 7.9**.

7.10.2 O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE-SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

8 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora para o item.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do **item 7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que receber a comunicação, para assinar o Contrato.

8.2.2 Se o licitante vencedor recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato será aplicada a regra do **item 8.3**.

8.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.4 É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

8.4.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

8.5 A Autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.6 A anulação do procedimento desta licitação por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a contratada, ressalvado o disposto no **item 8.8**.

8.7 A declaração de nulidade da contratação originada por esta licitação opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.8 A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.9 No caso de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram este Edital os seguintes Anexos:

9.1.1 Anexo I – Termo de Referência.

9.1.2 Anexo II – Modelo de Planilha de Formação de Preços.

9.1.3 Anexo III – Minuta do do Termo de Contrato.

9.1.4 Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado.

9.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, gerenciamento da contratação, forma de pagamento, alteração de preços e penalidades constam dos Anexos I (Termo de Referência), III (Minuta do Contrato) e IV (Minuta do Instrumento de Medição de Resultado).

9.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

9.4 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

9.4.1 O limite estabelecido no **item 9.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

9.5 A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes.

9.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.7 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

9.8 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

9.9 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Edital é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.10 Aplicam-se a este Edital e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, Resolução TRE-SE 175/2014, Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa SGMPDG 5/2017.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de serviços especializados e continuados de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado nas Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por meio de seleção do menor preço, segundo o fator preço global por item, conforme descrição a seguir:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	3492	Ar Condicionado - Manutenção de Aparelhos de Parede	Posto de trabalho	Contratação de 2 (dois) postos de serviço de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado nas Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.	24 meses	196.614,72

2 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR POSTO DE TRABALHO

2.1 A contratação se dá em face da necessidade da prestação dos serviços constantes do item 1.1, uma vez que o TRE-SE não possui em seu quadro de pessoal os cargos descritos no presente Instrumento, por não compreenderem atividades ligadas diretamente à atividade fim desta Justiça Especializada, além de atender também a Portaria 3.523/1998 GM/MS e tendo em vista o disposto nos artigos 6º, I, “A”, “C”, V, VII, IX, § 3º, I a VI, da Lei 8.080/1990, em conformidade com a NBR 13971/2014 ABNT, que trata de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento - manutenção programada.

2.2 Conforme disposto na Resolução TSE 23.234/2010, cabe observar que os serviços a serem contratados se enquadram como serviços de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer o conforto térmico das unidades do Tribunal e consequente inviabilidade da execução das atividades desta Corte nos locais afetados, uma vez que existe a necessidade de uma excelente prestação de serviço ao público, e sua contratação deve se estender por mais de um exercício financeiro, de forma contínua, segura e confiável para o cumprimento da missão institucional do órgão.

2.3 Impende destacar que se trata de serviços de manutenção, imprescindíveis para a continuidade das atividades desse Tribunal, e que esse meio significa, indubitavelmente, a facilidade na execução dos serviços e na gestão contratual, por ter o prazo para execução e de vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, e que coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos.

2.4 A contratação contribui para o atingimento do macrodesafio 7 do planejamento estratégico, “aperfeiçoamento da gestão de custos”. De fato, a nova licitação estará ligada às iniciativas estratégicas “excelência no processo orçamentário” e “gestão da execução orçamentária”, uma vez que a contratação vigente envolve sérios riscos de inexecução contratual. Caso não haja a medida preventiva, ou seja, a licitação, a consequência seria a descontinuidade da prestação dos serviços ou a contratação emergencial, sempre mais onerosa.

2.5 Não obstante a unidade de medida deva permitir a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada a fim de eliminar a possibilidade de remunerá-la na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, conforme a IN SGMPDG 5/2017, os serviços possuem ampla gama de aplicações e atendem a todas as unidades da Justiça Eleitoral de Sergipe, de modo que não há como identificá-los e quantificá-los detalhadamente, razão pela qual adotou-se o posto de trabalho como unidade de medida.

2.6 No item 4.1.1, elencamos, de forma minudente, as atividades rotineiras a serem desenvolvidas e, em seguida, no item 4.1.8, estimamos o quantitativo aproximado de horas demandadas para a execução dos serviços ordinários.

3 JUSTIFICATIVA PARA INCLUSÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.1 Com base no art. 225, *caput*, da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o TRE-SE insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo. Ao optar

pela busca da sustentabilidade, o TRE-SE se adequa à sua missão constitucional e se habilita a divulgar, promover e até mesmo cobrar da sociedade ações semelhantes.

3.2 A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei 8.666/1993, na redação dada pela Lei 12.349/2010).

3.3 A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da “utilização sustentável da energia, a utilização de produtos de limpeza que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental”, levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - segurança para o usuário e instalações, buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental (Instrução Normativa 1/2010 SLTI/MPOG).

3.4 Todos os critérios ambientais inseridos no presente Instrumento respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 Serviços de Manutenção/Instalação/Desinstalação de Aparelhos de Ar Condicionado:

4.1.1 Caracterização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado da Sede do TRE-SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas, Cartórios e Fóruns Eleitorais de todo Estado:

4.1.1.1 Diariamente, na Sede do TRE-SE:

- a) verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos nos condicionadores de ar;
- b) inspecionar os aparelhos que não ligam e não refrigeram e
- c) executar outras atividades necessárias relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado.

4.1.1.2 Semanalmente, na Sede do TRE-SE:

- a) configurar os controles remotos;
- b) trocar as pilhas dos controles remotos;
- c) verificar a existência de mau cheiro nos equipamentos;
- d) verificar se as aletas das evaporadoras estão abrindo normalmente;
- e) executar outras atividades necessárias relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado.

4.1.1.3 Bimestralmente, na Sede do TRE-SE, Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior (Manutenção Preventiva):

- a) limpeza do filtro de ar e frente plástica;
- b) limpeza da serpentina do evaporador e condensador;
- c) limpeza da bandeja de água condensada, drenos, pás da hélice e painel frontal;
- d) limpeza do chassi ou base e eliminar focos de ferrugem;
- e) desobstrução das aletas do condensador e do evaporador;
- f) verificar e substituir o isolamento térmico das tubulações de cobre;
- g) verificar vazamento de gás no circuito frigorífico e eliminar vibrações;
- h) executar outras atividades necessárias relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado.

4.1.1.4 Semestralmente, na Sede do TRE-SE, Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior (Manutenção Geral):

- a) limpeza do filtro de ar e frente plástica;
- b) limpeza da serpentina do evaporador e condensador;
- c) limpeza da bandeja de água condensada, drenos, pás da hélice e painel frontal;
- d) limpeza do chassi ou base e eliminar focos de ferrugem;
- e) desobstrução das aletas do condensador e do evaporador;
- f) verificar e substituir o isolamento térmico das tubulações de cobre;
- g) verificar vazamento de gás no circuito frigorífico e eliminar vibrações;
- h) retirar e desmontar o aparelho para realizar o jateamento da evaporadora e da condensadora;
- i) verificar e ajustar o alinhamento e fixação das polias do ventilador e motor do evaporador e condensador;
- j) verificar e lubrificar os mancais e rolamentos não blindados;
- k) verificar e ajustar a tensão das correias;
- l) verificar o posicionamento, fixação e balanceamento da hélice e turbina;
- m) verificar instalação elétrica do aparelho e medir a tensão e corrente do motor e compressor em funcionamento;
- n) verificar e ajustar botoeiras, relês, fusíveis e demais comandos;
- o) verificar o funcionamento das chaves magnéticas e apertar terminais elétricos;

- p) verificar operação do termostato, chave seletora e compressor;
- q) verificar bulbo e capilar da válvula de expansão, sua operação e registrar superaquecimento;
- r) verificar nível e vazamento do óleo do compressor;
- s) registrar as pressões alta e baixa do óleo;
- t) medir o diferencial de temperatura e anotar a temperatura de entrada e saída de ar do evaporador e condensador;
- u) examinar e corrigir tampas soltas, falta de parafusos de fixação e vedação;
- v) aplicação de produto anticorrosivo;
- w) testes de vazamento elétrico das bobinas e dos motores;
- x) teste de rendimento do potencial de refrigeração do aparelho;
- y) executar outras atividades necessárias relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado.

4.1.1.5 Eventualmente, na Sede do TRE-SE, Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior:

- a) instalação e desinstalação do aparelho;
- b) troca de compressor;
- c) soldagem da serpentina da condensadora e reposição de gás;
- d) troca de motor do ventilador da condensadora;
- e) troca de suporte da condensadora;
- f) efetuar troca de capacitor e troca de placa principal da evaporadora;
- g) efetuar a substituição dos sensores de degelo e/ou temperatura;
- h) executar outras atividades necessárias relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado.

4.1.1.6 Para realizar os serviços descritos nos prédios dos Cartórios e Fóruns Eleitorais de todo o Estado, serão necessários, em média, 10 (dez) deslocamentos a cada mês, para os profissionais da categoria, totalizando 240 (duzentos e quarenta) deslocamentos durante a vigência de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com a demanda do contrato atualmente mantido pelo TRE-SE.

4.1.2 Qualificação técnica da categoria:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais;
- b) Curso técnico em refrigeração e climatização (nível médio);
- c) Quitação com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino;
- d) Atestado médico de aptidão física para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;
- e) Curso da NR 10; e
- f) Curso da NR 35.

4.1.2.1 No que tange à alínea "e" do item 4.1.2, cumpre destacar que a NR 10 trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Em todas as intervenções em instalações elétricas devem ser adotadas medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, por meio de técnicas de análise de risco, de forma a garantir a segurança. Desta feita, é fundamental que os técnicos tenham domínio acerca desta norma regulamentadora, sob pena de, por imperícia, colocar em risco a própria saúde e a de todos os colaboradores da Justiça Eleitoral.

4.1.2.2 No que tange à alínea "f" do item 4.1.2, cumpre destacar que a NR 35 estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o Trabalho em Altura, envolvendo o planejamento, organização e execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade. Desta feita, é fundamental também que os técnicos tenham domínio acerca desta norma regulamentadora, sob pena de, por imperícia, colocar em risco a própria saúde e a de outros colaboradores da Justiça Eleitoral.

4.1.3 Salário das categorias:

4.1.3.1 O salário mensal dos empregados a serem destacados para prestar os serviços objeto desta licitação deverá ser, no mínimo, igual ao piso salarial estabelecido em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para a categoria, vigente na data da licitação.

4.1.4 Ticket refeição e/ou alimentação:

4.1.4.1 O valor referente ao benefício de alimentação do trabalhador deverá ser, no mínimo, igual ao estabelecido em Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho para a categoria, vigente na data da licitação.

4.1.5 Uniforme:

4.1.5.1 A contratada fornecerá uniformes completos e apropriados à categoria profissional, **anualmente, para cada técnico de refrigeração**, sempre no primeiro dia de atividade do profissional, devendo o modelo ser submetido à aprovação da Gestão/Fiscalização da Contratação, conforme relação que segue:

- a) 01 (um) Conjunto de segurança para técnico de refrigeração risco 2 - confeccionado em tecido 100% algodão com tratamento retardante a chama, ATPV 9,9, composto de: calça de cós, com dois bolsos frontais e dois bolsos na traseira com fitas refletivas nas pernas; camisa com gola tipo esporte com botão, abertura frontal, com mangas longas e punhos americanos, fechados por botão, com fitas refletivas na altura dos ombros e costas. aprovado pelo Ministério do Trabalho, conforme NR. 10. Produto deve vir com certificado de aprovação CA. Uniforme não deve conter nenhuma parte metálica como botões e braguilha. Este produto deve vir com o nome da empresa gravado nos bolsos das camisas e calças do lado esquerdo, conforme padrão. **Uniforme deve ser na cor cinza e tecido de material leve, usuário "TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO"**;
- b) 02 (duas) Camisas manga longa, frente embutida, fechamento em velcro, tecido 100% algodão - proteção classe II - técnico de refrigeração - CA: 34247, 30409, 29763 e 29217;
- c) 01 (um) par de Botas de segurança específica para técnico de refrigeração em couro, na cor preta, com tarja amarela, modelo

elástico, hidrofugada, bidensidade, isolante, antiderrapante, moldado em peça única em poliuretano injetado diretamente no cabedal e sem ressalto entre a zona do salto e a dianteira, sem ilhoses e componentes metálicos, com isolamento para 14 KV, atendendo integralmente a norma ABNT NBR 16603:2017, sendo obrigatório que o fornecedor apresente o relatório e certificado de ensaio realizado por laboratório ou instituição oficialmente acreditados pelo INMETRO e possuir o Certificado de Aprovação (CA), que é um documento que o Ministério do Trabalho emite para garantir que um Equipamento de Proteção Individual (EPI) possa ser utilizado para fins profissionais;

d) 03 (três) Pares de meias, algodão, preta; e

e) 01 (um) Crachá de identificação, material PVC plástico, formato retangular, tamanho 8,2 x 5 cm e identificação do servidor, com cordão personalizado, poliéster 11mm de largura, impressão serigrafia 2 lados, com acabamento prendedor jacaré.

4.1.5.2 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia será remetida ao TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega dos mesmos, não podendo ser repassado o custo do uniforme aos funcionários, nem ser exigida a devolução do uniforme usado.

4.1.6 Local da prestação do serviço:

4.1.6.1 As atividades serão realizadas nas dependências da Sede do TRE-SE, situada no Centro Administrativo Augusto Franco, Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, e nos Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior.

4.1.7 Jornada de trabalho e intervalo diário de prestação dos serviços:

4.1.7.1 As atividades serão realizadas por empregados da empresa contratada dentro de jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, cumprindo-se 9 horas diárias de segunda a quinta-feira e 8 horas diárias nas sextas-feiras.

4.1.7.2 As atividades serão executadas no intervalo das 7h às 17h, de segunda a quinta-feira, e das 7h às 16h nas sextas-feiras.

4.1.7.3 No caso de cumprimento de carga horária inferior às 9h diárias de segunda a quinta-feira e 8h na sexta-feira ou às 44h semanais, as horas não laboradas deverão ser compensadas, na forma da lei, por eventual serviço extraordinário, decorrente de alterações no cronograma de atividades pertinentes às eleições.

4.1.8 Total de horas demandadas e caracterização da estrutura do TRE-SE:

4.1.8.1 Total de horas demandadas por atividade serviço de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado nas Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:

ATIVIDADE	DURAÇÃO
Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos nos condicionadores de ar	1h
Inspecionar os aparelhos que não ligam e não refrigeram	1h
Configurar os controles remotos	0,5h
Trocar as pilhas dos controles remotos	0,5h
Verificar a existência de mau cheiro nos equipamentos	0,5h
Verificar se as aletas das evaporadoras estão abrindo normalmente	0,5h
Limpeza do filtro de ar e frente plástica	1h
Limpeza da serpentina do evaporador e condensador	1h
Limpeza da bandeja de água condensada, drenos, pás da hélice e painel frontal	1h
Limpeza do chassi ou base e eliminar focos de ferrugem	1h
Desobstrução das aletas do condensador e do evaporador	1h
Verificar e substituir o isolamento térmico das tubulações de cobre	1h
Verificar vazamento de gás no circuito frigorífico e eliminar vibrações	1h
Realizar as atividades das Alíneas "h" a "x" do item 4.1.1.4	2h
Instalação/desinstalação de ar condicionado	1h
Troca de compressor	1h
Soldagem da serpentina da condensadora e reposição de gás	0,5h
Troca de motor do ventilador da condensadora	0,5h
Troca de suporte da condensadora	1h
Efetuar troca de capacitor e troca de placa principal da evaporadora	0,5h

Efetuar a substituição dos sensores de degelo e/ou temperatura	0,5h
Executar outras atividades necessárias relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado	1h
TOTAL DE HORAS DEMANDADAS	19h

4.1.8.1.1 As atividades relacionadas e a estimativa de horas demandadas têm por referência as informações prestadas pelos técnicos do contrato atualmente mantido pelo TRE-SE.

4.1.8.1.2 Considerando as informações acerca das atividades e o total de horas demandadas, estima-se a seguinte quantidade de profissionais para atender adequadamente as necessidades do TRE-SE:

SERVIÇO	DEMANDA	TOTAL
Serviço de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado	2	2

4.1.8.1.3 Caracterização da estrutura do TRE-SE para prestação dos serviços:

4.1.8.1.3.1 O TRE-SE possui aproximadamente 57 (cinquenta e sete) aparelhos de ar condicionado do tipo JANELA (ACJ) e 241 (duzentos e quarenta e um) do tipo SPLIT, dos quais 188 aparelhos (split e janela) instalados na Capital e 110 aparelhos (split e janela) instalados no interior do Estado.

5 VISITA TÉCNICA (NÃO OBRIGATÓRIA) AOS LOCAIS DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

5.1 Poderá haver visita técnica do licitante à Sede do TRE-SE, Cartórios e Fóruns da Capital e de Itaporanga d'Ajuda, e franqueada para os demais locais da prestação dos serviços, mediante agendamento prévio, na Seção de Manutenção Predial (SEMAN) ou por meio do telefone (0**79) 3209-8864/8722 ou e-mail seman@tre-se.jus.br, e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias a sua execução.

5.2 O conhecimento efetivo dos ambientes em que serão executados os serviços proporcionará ao licitante, sobretudo, noção de todo o contexto e não apenas dados numéricos constantes deste Termo de Referência, fazendo com que sua proposta seja elaborada com mais precisão.

5.3 A visita técnica ao local onde serão prestados os serviços deverá ocorrer individualmente, com cada um dos licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

6 REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO

6.1 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional do licitante, deverá(ão) ser apresentado(s) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa/executou contrato de cessão de mão de obra com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho previstos na tabela constante do item 1.1, podendo o pregoeiro solicitar cópia(s) do(s) contrato(s) referido(s) pelo(s) atestado(s) apresentado(s).

7 DAS DIÁRIAS

7.1 Por ocasião de deslocamentos realizados para execução dos serviços fora da Grande Aracaju, a Contratada deverá fornecer diária destinada a cobrir despesas com alimentação (almoço).

7.2 Ficam estabelecidos como sendo limites da Grande Aracaju, os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.

7.3 Fará jus a perceber a diária o empregado que estiver em viagem no período do almoço, compreendido das 12h às 14h, cujo destino esteja fora da Grande Aracaju.

7.4 Estima-se, para o período da contratação, **240 diárias** para os serviços dos **itens 4.1.1.3, 4.1.1.4 e 4.1.1.5**.

7.4.1 O TRE-SE não ficará obrigado a realizar a quantidade de deslocamentos previstos. Eles serão efetivados de acordo com as necessidades da área demandante.

7.5 O valor da diária deverá ser pago pela Contratada ao empregado pelo menos um dia antes da viagem, conforme solicitação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.6 A Contratada deverá apresentar na nota fiscal os valores correspondentes ao pagamento com diárias do mês anterior, com o comprovante de recebimento do empregado antes da realização da mesma e com a solicitação feita pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.7 A Contratada será reembolsada pelo valor das diárias efetivamente utilizadas e comprovadas por meio de solicitação feita pela Gestão/Fiscalização da Contratação, acrescidos dos percentuais referentes a tributos e demais componentes (taxa de administração e lucro) constantes da planilha de custo.

7.7.1 A Contratada deverá descontar das diárias o valor correspondente ao vale-alimentação.

7.7.2 Na oportunidade do pagamento de diárias à Contratada, o Contratante realizará a retenção e o recolhimento da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e suas alterações.

7.8 O faturamento das diárias deverá ocorrer mensalmente, por meio de nota fiscal, cabendo ao TRE-SE efetuar as retenções de tributos e contribuições previstas na IN RFB 1234/2012.

8 VIGÊNCIA E PRAZO

8.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

9 OBRIGAÇÕES

9.1 Obrigações da Contratada:

9.1.1 Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica e boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, a exemplo de realização de separação dos resíduos recicláveis e observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e outras medidas de sustentabilidade presentes neste Termo de Referência, como também as normas em relação à medicina do trabalho.

9.1.2 Responsabilizar-se pelos danos cíveis e criminais causados ao TRE-SE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da Contratação, por seu representante e demais funcionários.

9.1.3 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas (inclusive trabalhistas de seus funcionários), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.1.4 Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e às normas disciplinares do TRE-SE ou ao interesse do Serviço Público, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento de solicitação, devidamente motivada, expedida pela Gestão/Fiscalização da Contratação por meio de contato telefônico e/ou e-mail, desde que assegurada reciprocidade.

9.1.4.1 O empregado substituto somente será aceito mediante comprovação de atendimento das qualificações especificadas neste Termo de Referência e devidamente uniformizado.

9.1.5 Tomar todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados nos prazos determinados por lei.

9.1.6 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível, o envio de trabalhadores tipo diaristas, sem vínculo empregatício com a empresa vencedora do certame de licitação e contratada para a execução do serviço solicitado neste Termo de Referência.

9.1.7 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da NR MTE 6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI), bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais de consumo, ferramentas e equipamentos, objetivando a correta execução dos serviços, quando for o caso.

9.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras taxas e impostos resultantes da execução do objeto contratual.

9.1.9 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive as de pagamento do seguro contra acidentes de trabalho, bem como com alimentação, quando couber.

9.1.10 Responsabilizar-se, nos termos legais, pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vales-transporte, de acordo com a tarifa estabelecida para o município de Aracaju-SE, para a cobertura do trajeto entre residência e sede do TRE-SE e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário).

9.1.11 Indicar, no prazo da assinatura do contrato (por escrito no próprio Instrumento contratual), 2 (dois) dias úteis, representante para a execução da presente contratação, bem como telefone e e-mail para contato.

9.1.11.1 Indicar outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a substituição do representante.

9.1.12 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

9.1.13 Facilitar o pleno exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do TRE-SE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto contratual, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

9.1.14 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto, contido em documentos ou outros meios, de interesse do TRE-SE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

9.1.15 Orientar os seus empregados a se apresentarem ao local de trabalho de maneira asseada, mantendo os cabelos curtos ou presos, barba feita, higiene corporal e com uniforme sempre limpo e completo.

9.1.16 Manter sede, filial ou escritório em Aracaju com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, devendo comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação.

9.1.17 Entregar, no primeiro dia útil de cada mês, para seu empregado, a folha de ponto, oportunidade em que providenciará o recolhimento do controle de frequência do mês anterior, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

9.1.18 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

9.1.19 Solicitar ao TRE-SE o desconto na nota fiscal ou fatura e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, assim como o recolhimento das verbas previdenciárias, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.1.20 O disposto no **item 9.1.19** não exige a obrigação da Contratada relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e as guias previstas nos **itens 9.1.28.1.3 e 9.1.28.1.6** referentes ao mês da nota fiscal ou fatura.

9.1.21 Apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de seus empregados, a fim de viabilizar o desconto na nota fiscal ou na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstos no **item 9.1.19**, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.1.22 Assinar, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.

9.1.23 Apresentar, no início da prestação dos serviços, cópias autenticadas (ou original e cópia a ser conferida pela Gestão/Fiscalização da Contratação) das fichas de registros de seus empregados e dos contratos de trabalhos, mesmo se for contrato de experiência, além de autorizações de descontos legais em folha de pagamento ou declarações de não uso do vale-transporte, caso haja, e comprovante de que o empregado possui conta bancária para recebimento dos salários mensais.

9.1.24 Submeter, de imediato, para conferência e identificação pelo TRE-SE, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados:

9.1.24.1 Adotar essa obrigação sempre que houver demissão/admissão de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Termo de Referência.

9.1.25 Orientar os seus empregados a agirem com cortesia, educação, urbanidade e fino trato com todos os usuários dos seus serviços.

9.1.26 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

9.1.27 Apresentar cópia de ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviço mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, §1º, II, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 (Acórdão TCU-Plenário 2510/2012).

9.1.28 Apresentar cópias autenticadas (ou original e cópia a ser conferida pela Gestão/Fiscalização da Contratação) dos documentos que seguem, nas respectivas periodicidades:

9.1.28.1 Mensalmente:

9.1.28.1.1 Recibo de pagamento de salário (contracheque), assinado pelo empregado, inclusive adicionais, conforme o caso, relativos ao mês a que se referir a nota fiscal ou fatura.

9.1.28.1.2 Registro de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), que será posteriormente verificado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

9.1.28.1.3 Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), relativa ao mês anterior a que se referir a nota fiscal ou fatura, exceto no último mês da contratação, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no Edital.

9.1.28.1.4 Recibo de fornecimento de vales-transporte e auxílio alimentação, relativo ao mês a que se referir a nota fiscal ou a fatura, ou declaração assinada pelo empregado de não uso do vale-transporte ou auxílio-alimentação.

9.1.28.1.5 Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) completa, contendo relação do empregado e resumo das informações à Previdência Social, referente exclusivamente ao contrato, relativa ao mês anterior a que se referir a nota fiscal ou fatura.

9.1.28.1.6 Guia de recolhimento dos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativa ao mês anterior a que se referir a nota fiscal ou a fatura, exceto no último mês da contratação, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços.

9.1.28.1.7 Parcelas devidas aos empregados por determinação da Convenção Coletiva de Trabalho.

9.1.28.1.8 Comprovante de depósito bancário da folha de pagamento do mês a que se referir a nota fiscal ou fatura.

9.1.28.2 Anualmente e quando ocorrer o evento:

9.1.28.2.1 Avisos e recibos de férias.

9.1.28.2.2 Recibos de 13º salário.

9.1.28.2.3 Comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

9.1.28.2.4 Sentenças normativas, acordos e convenções coletivas, conforme o caso.

9.1.28.2.5 Ficha de registro de novos empregados.

9.1.28.2.6 Contrato de trabalho de novos empregados.

9.1.28.2.7 Aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho (incluindo GRF – Guia Rescisória do FGTS).

9.1.28.2.8 Autorização para descontos salariais.

9.1.28.2.9 Outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

9.1.29 Disponibilizar, nos termos da Resolução TRE-SE 175/2014, vagas para presos egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, quando da execução do contrato, nas seguintes proporções:

a) 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de 20 ou mais trabalhadores.

b) 1 (uma) vaga quando da contratação de 6 a 9 trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga quando da contratação até 5 trabalhadores.

9.1.30 Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.

9.1.31 Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

9.1.32 Observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA 267/2000.

9.1.33 Realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva, observadas as normas ambientais vigentes.

9.1.34 Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, em consonância com o programa de coleta seletiva do órgão.

9.1.35 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e para preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei 9.433/1997 e da legislação local, considerando a política socioambiental do órgão.

9.1.36 Evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento.

9.1.37 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

9.2 Obrigações do Contratante:

9.2.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto deste Termo de Referência.

9.2.2 Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

9.2.3 Fiscalizar a execução da Contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

9.2.4 Disponibilizar veículo para transportar os profissionais responsáveis pela execução dos serviços nos Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior.

9.2.5 Comunicar à Contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

10 GARANTIA CONTRATUAL

10.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do objeto, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, dentre as modalidades a seguir:

10.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

10.1.2 Seguro-garantia.

10.1.3 Fiança bancária.

10.2 Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.

10.3 Recaindo a opção em títulos da dívida pública, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

10.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

10.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

10.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada.

10.4.4 Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela Contratada.

10.5 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que lhe será liberado em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

10.5.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

10.6 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo ao Contratado reforçá-la sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais.

10.7 A garantia deverá ser prestada contando-se sua validade a partir da data de assinatura do contrato, estendendo-se a até 3 (três) meses após o término de vigência contratual.

10.8 Se o valor da garantia vier a ser utilizado, a Contratada se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, que ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

10.9 Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

10.10 Na garantia deverá constar compromisso da instituição garantidora prevendo que somente a liberará ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas decorrentes das rescisões dos contratos de trabalho, e que caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal, caso haja solicitação de resgate por parte deste.

11 ACEITAÇÃO DO OBJETO, GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1 A gestão da contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER), por meio de verificação da conformidade da execução às condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Termo de Contrato e na proposta da Contratada e de aceitação ou atestação exarada na nota fiscal ou a fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

11.1.1 A fiscalização da contratação será realizada pela Seção de Manutenção Predial (SEMAN), por meio de acompanhamento da execução do objeto contratado, cabendo-lhe comunicar à COSER, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas.

11.2 A Gestão/Fiscalização da contratação será exercida no interesse do TRE-SE, não excluindo ou reduzindo esta atividade a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ele causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

11.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

11.3.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual.

11.4 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

11.5 Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

11.6 As normas constantes dessas especificações não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes.

11.7 A execução completa desta contratação só acontecerá quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas.

11.8 Pela perfeita e fiel execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, o TRE-SE efetuará o pagamento mensal, quando for o caso, do preço proposto em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal ou da fatura da Contratada acompanhada de todos os documentos necessários à atestação pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por meio de qualquer tipo de Ordem Bancária.

11.8.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da atestação emitida pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a nota fiscal ou fatura necessários à atestação.

11.9 Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, conforme procedimento descrito no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo ao Edital, que tem por finalidade, dentre outras, aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos e obrigações contratuais.

11.9.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa, os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta no nome da Contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.

11.9.2 O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

11.9.3 Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

11.9.4 A Contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

11.9.4.1 Resgatar da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no **item 11.9.1**, desde que comprovado se tratar dos empregados alocados pela Contratada para prestação dos serviços contratados.

11.9.4.2 Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução da contratação, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no **item 11.9.1**.

11.9.5 Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme previsto no **item 11.9.4.1**, a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no **item 11.9.1**.

11.9.6 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, será liberado à empresa no momento definido na Resolução CNJ 169/2013 e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

11.9.7 Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

11.10 A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou a fatura até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços.

11.11 A atestação será efetuada pela Gestão/Fiscalização da Contratação em até 2 (dois) dias, contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços.

11.11.1 A atestação do serviço na nota fiscal ou fatura não será efetuada enquanto houver pendências por parte da Contratada quanto à conformidade do objeto, cujas providências tenham sido comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

11.12 A Gestão/Fiscalização da Contratação rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Termo de Referência, na respectiva proposta e no contrato.

11.13 O prazo para pagamento não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

11.14 Para o(s) pagamento(s), a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social (INSS), mediante Certidão Negativa de Débitos (CND); ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.14.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nas seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>, <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

11.14.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto o CRF e a CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

11.14.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e contrato.

11.14.3.1 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

11.15 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá dos prestadores de serviços sediados fora do Município de Aracaju a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS), conforme modelo IV do Decreto 3.393/2011.

11.15.1 A Contratada deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://www3.webiss.com.br/AracajuSE/>.

11.15.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

11.16 Na hipótese de não ocorrer o pagamento na data prevista, conforme o caso, nos **itens 11.8 ou 11.8.1**, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

11.16.1 Salvo a atualização financeira prevista no **item 11.16**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

11.17 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

11.18 Qualquer incorreção nas notas fiscais ou faturas comunicada à Contratada, suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

11.19 Não havendo, ou sendo insuficiente a garantia, o TRE-SE descontará da nota fiscal ou fatura da Contratada valores decorrentes de multas e quaisquer prejuízos causados pela execução da contratação, incluídos os juros e/ou multas cobrados em decorrência do atraso no recolhimento à Previdência quando este tiver sido causado pela Contratada.

11.20 Caberá à Contratada, proceder, sem ônus para o TRE-SE, eventuais adequações, de forma a propiciar a perfeita execução dos serviços contratados.

11.21 No caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o TRE-SE fará retenção do pagamento da nota fiscal ou da fatura, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.21.1 Caso a Contratada não comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas e as relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação da Gestão/Fiscalização da Contratação, o TRE-SE utilizará os valores retidos para:

11.21.1.1 Proceder ao depósito direto dos valores relativos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da Contratada que exerceram suas atividades no TRE-SE no período, desde que operacionalmente possível e observando, para tanto, a legislação específica.

11.21.1.2 Efetuar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores da Contratada que exerceram suas atividades no TRE-SE no respectivo período.

11.22 O contrato resultante desta licitação admite uma única alteração de preço anual, conforme estabelecem os arts. 2º, da Lei 10.192/2001, e 5º, do Decreto 2.271/1997, podendo contemplar todos os componentes de custo que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica dessa variação devidamente justificada.

11.22.1 Se, no momento da repactuação, a Contratada ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos do **item 11.22**, ocorrerá somente a repactuação, podendo a Contratada, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 meses, a contar da data limite para apresentação das propostas constantes do ato convocatório), solicitar o reajuste de direito.

11.23 A alteração de preço a título de repactuação poderá ser efetuada nos termos da legislação pertinente, especialmente em face de alteração dos salários normativos das categorias, acordados entre o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato das Empresas Empregadoras.

11.23.1 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

11.23.1.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

11.23.1.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

11.23.1.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.23.1.4 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.23.1.5 Os efeitos financeiros mencionados no **item 11.23.1.4** serão observados desde que a Contratada solicite a alteração até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o término da vigência contratual, o que ocorrer primeiro, e desde que cumprido o prazo mínimo de 1 (um) ano entre os ajustes, sob pena de preclusão.

11.23.1.6 Precluirá, ainda, o direito à repactuação, se, estando o contratado impossibilitado de postular a repactuação no momento da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, o mesmo não exigir que seja inserida no termo aditivo a ser celebrado cláusula por meio da qual resguarde seu direito à repactuação, a ser exercido tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou à convenção devidamente registrado.

11.23.2 Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, caberá à Contratada a demonstração da variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

11.23.3 A alteração de preço dos insumos envolvidos na prestação do serviço (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei), a título de reajuste e mediante acordo entre as partes, terá como limite a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

11.23.4 A contratada deverá instruir a solicitação com os documentos comprobatórios, cabendo-lhe também o encargo dos cálculos e a demonstração analítica do aumento dos custos.

11.23.5 Transcorridos 12 (doze) meses da contratação, independentemente de solicitação da contratada, o TRE-SE promoverá a exclusão dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação.

11.23.6 É vedada a inclusão, por ocasião da alteração de preço, reajuste ou repactuação, de benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de Instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

11.23.7 A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

11.23.7.1 As particularidades do contrato em vigência.

11.23.7.2 O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais.

11.23.7.3 A nova planilha com a variação dos custos apresentada.

11.23.7.4 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

11.23.8 A decisão sobre o pedido de repactuação será tomada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado o prazo a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.23.9 O TRE-SE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

11.23.10 O prazo referido no **item 11.23.8** ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo TRE-SE para a comprovação da variação dos custos.

11.23.11 A vantajosidade econômica para a prorrogação estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:

11.23.11.1 Os itens envolvendo a folha de salários forem reajustados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de lei.

11.23.11.2 Os itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) forem reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

11.23.11.3 Aplicam-se à repactuação de preços os critérios estabelecidos nos itens **11.23.11**, **11.23.11.1** e **11.23.11.2**.

11.24 As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência serão devolvidas à Contratada, não correndo, neste caso, o prazo estipulado no **item 11.11**, iniciando-se, somente, a partir da completa regularização.

12 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

12.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Termo de Referência, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

12.1.1 O limite estabelecido no **item 12.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

13 PENALIDADES

13.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE-SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

13.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo à execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

13.1.1.1 A advertência será aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, mediante aviso escrito à Contratada, após 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

13.1.2 Multa sobre o valor mensal contratado, conforme o caso:

13.1.2.1 De até 5% (cinco por cento), no caso de não facilitar, atender ou informar o solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

13.1.2.2 De até 10% (dez por cento), no caso de não alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos.

13.1.2.3 De até 15% (quinze por cento), no caso de cumprir irregularmente as obrigações, especificações ou prazos.

13.1.2.4 De até 20% (vinte por cento), no caso de não cumprir as obrigações, especificações ou prazos.

13.2 O atraso injustificado na execução dos serviços contratados sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor do contrato, por cada dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 2% (dois por cento).

13.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.3.1 No caso de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia, o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no **item 13.3**, poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de

garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

13.4 As multas a que alude este Termo de Referência não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas em Lei.

13.5 As multas previstas neste Termo de Referência, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontados, em ordem de preferência, da garantia prestada, dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE ou cobradas judicialmente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua notificação.

13.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

13.7 O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

13.7.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

13.7.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de não manter a proposta, deixar de entregar documentação exigida para o certame, ou, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ou, na hipótese de retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao TRE-SE.

13.7.3 Por até 5 (cinco) anos, no caso de apresentar documentação (exigida para o certame) falsa, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

13.8 A sanção do **item 13.7** poderá ser aplicada conjuntamente com as sanções dos **itens 13.1.2, 13.2 e 13.3**.

13.9 A sanção prevista no **item 13.7** é de competência da Diretoria-Geral do TRE-SE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação.

13.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que documentará todos os contatos e fixará prazos de atendimento.

13.10.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pela Gestão/Fiscalização da Execução da Contratação, pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da contratada.

13.11 À Contratada que se enquadrar em determinada conduta penalizável se aplicarão os seguintes critérios:

13.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

13.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

13.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

13.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

13.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos **itens 13.11.1 e 13.11.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

13.12 A advertência referida no **item 13.1.1.1**, bem como as notificações previstas neste item, serão realizadas preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail) para o endereço informado pela Contratada.

14 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do TRE-SE, caso em que será comunicado à Contratada.

15 DA RESCISÃO

15.1 A inexecução total ou parcial da contratação enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento

15.2 Constituem motivos para a rescisão da contratação:

15.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações ou prazos.

15.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações ou prazos.

15.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE-SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

15.2.4 O atraso injustificado no início da execução da contratação.

15.2.5 A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao TRE-SE.

15.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

15.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

15.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Gestão/Fiscalização da Contratação, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

15.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução.

15.2.10 A decretação de falência.

15.2.11 A dissolução da sociedade.

15.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE-SE, prejudique a execução da contratação.

15.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE-

SE.

15.2.14 A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido no **item 12**, na hipótese de não celebração do acordo previsto no **item 12.1.1**.

15.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do TRE-SE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

15.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE-SE, decorrentes de objeto já executado e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

15.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE-SE, nos prazos contratuais.

15.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

15.2.19 O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

15.3 A rescisão da contratação poderá ser:

15.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do TRE-SE, nos casos enumerados nos **itens 15.2.1 a 15.2.13 e 15.2.18**.

15.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE-SE.

15.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

15.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Gestão/Fiscalização da Contratação e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE-SE.

15.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos **itens 15.2.13 a 15.2.18**, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

15.5.1 Devolução da garantia contratual.

15.5.2 Pagamentos devidos pela execução da contratação até a data da rescisão.

15.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos **itens 15.2.1 a 15.2.13 e 15.2.18** acarreta as seguintes consequências para a Contratada, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência:

15.6.1 A retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos prejuízos causados ao TRE-SE.

15.6.2 Execução da garantia contratual, para ressarcimento ao TRE-SE, dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

15.7 Quando da rescisão contratual, a Gestão/Fiscalização da Contratação deve verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, sendo submetida a análise da Seção de Contabilidade Gerencial (SECOG).

16 FORO

16.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Termo de Referência é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se a este Termo de Referência e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 175/2014, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

ANEXO II MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (SEI 0747649)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E _____, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, 49.081-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador JOSÉ DOS ANJOS**, CPF 022.152.685-49,

CI 124.727/SSP-SE, brasileiro, magistrado, domiciliado no endereço funcional acima, no uso de suas atribuições legais, e _____, com sede na _____, CNPJ _____, adiante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, CI _____, SSP/_____, CPF/MF _____, (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado na _____, celebram entre si o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com a Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pelo Decreto 9.507/2018, pela Resolução CNJ 169/2013, pela Resolução TSE 23.234/2010, Resolução TRE-SE 175/2014, Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e pela Instrução Normativa SGMPDG 5/2017, com o Edital do Pregão 10/19 - Eletrônico e seus Anexos, com a proposta da Contratada e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Contrato tem por objeto a prestação do(s) **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NAS UNIDADES DO TRE-SE**, a ser(em) efetivado(s) de acordo com as condições definidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão 10/19 – Eletrônico.

1.1.1 Integram este Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão 10/19 – Eletrônico, seus Anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E DE SUA ALTERAÇÃO

2.1 O valor global do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____), compreendendo:

2.1.1 O valor mensal de R\$ _____ (_____), correspondente à mão-de-obra de 2 (dois) profissionais durante 24 (vinte e quatro) meses.

2.1.2 O valor total de diárias no montante de R\$ _____ (_____), correspondente à estimativa de 480 (quatrocentas e oitenta) diárias sem pernoite para fora da Grande Aracaju.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 Obrigações da Contratada:

4.1.1 Executar os serviços objeto deste Termo de Contrato de acordo com os seus termos, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Instrumento e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica e boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, a exemplo de realização de separação dos resíduos recicláveis e observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e outras medidas de sustentabilidade presentes no Termo de Referência, neste Instrumento, como também as normas em relação à medicina do trabalho.

4.1.2 Responsabilizar-se pelos danos cíveis e criminais causados ao TRE-SE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução da Contratação, por seu representante e demais funcionários.

4.1.3 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas (inclusive trabalhistas de seus funcionários), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.1.4 Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e às normas disciplinares do TRE-SE ou ao interesse do Serviço Público, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento de solicitação, devidamente motivada, expedida pela Gestão/Fiscalização da Contratação através de e-mail e/ou contato telefônico, desde que assegurada reciprocidade.

4.1.4.1 O empregado substituto somente será aceito mediante comprovação de atendimento das qualificações especificadas neste Termo de Contrato e devidamente uniformizado.

4.1.5 Tomar todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados nos prazos determinados por lei.

4.1.6 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível, o envio de trabalhadores tipo diaristas, sem vínculo empregatício com a empresa vencedora do certame de licitação e contratada para a execução do serviço solicitado neste Termo de Contrato.

4.1.7 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da NR MTE 6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI), bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais de consumo, ferramentas e equipamentos, objetivando a correta execução dos serviços, quando for o caso.

4.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras taxas e impostos resultantes da execução do objeto contratual.

4.1.9 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos serviços Contratados, inclusive as de pagamento do seguro contra acidentes de

trabalho, bem como com alimentação, quando couber.

4.1.10 Responsabilizar-se, nos termos legais, pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vales-transporte, de acordo com a tarifa estabelecida para o município de Aracaju/SE, para a cobertura do trajeto entre residência e sede do TRE-SE e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário).

4.1.11 Indicar, no prazo da assinatura do contrato (por escrito no próprio Instrumento contratual), 2 (dois) dias úteis, representante para a execução da presente contratação, bem como telefone e e-mail para contato.

4.1.11.1 Indicar outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a substituição do representante.

4.1.12 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

4.1.13 Facilitar o pleno exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do TRE-SE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto contratual, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

4.1.14 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto, contidos em documentos ou outros meios, de interesse do TRE-SE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

4.1.15 Orientar os seus empregados a se apresentarem ao local de trabalho de maneira asseada, mantendo os cabelos curtos ou presos, barba feita, higiene corporal e com uniforme sempre limpo e completo.

4.1.16 Manter sede, filial ou escritório em Aracaju com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, devendo comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação.

4.1.17 Entregar, no primeiro dia útil de cada mês, para seu empregado, a folha de ponto, oportunidade em que providenciará o recolhimento do controle de frequência do mês anterior, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.1.18 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

4.1.19 Solicitar ao TRE-SE o desconto na nota fiscal ou fatura e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, assim como o recolhimento das verbas previdenciárias, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.1.20 O disposto no **item 4.1.19** não exime a obrigação da Contratada relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e as guias previstas nos **itens 4.1.28.1.3 e 4.1.28.1.6** referentes ao mês da fatura.

4.1.21 Apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de seus empregados, a fim de viabilizar o desconto na nota fiscal ou fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstos no **item 4.1.19**, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.1.22 Assinar, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.

4.1.23 Apresentar, no início da prestação dos serviços, cópias autenticadas (ou original e cópia a ser conferida pela Gestão/Fiscalização da Contratação) das fichas de registros de seus empregados e dos contratos de trabalhos, mesmo se for contrato de experiência, além de autorizações de descontos legais em folha de pagamento ou declarações de não uso do vale-transporte, caso haja, e comprovante de que o empregado possui conta bancária para recebimento dos salários mensais.

4.1.24 Submeter, de imediato, para conferência e identificação pelo TRE-SE, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados:

4.1.24.1 Adotar essa obrigação sempre que houver demissão/admissão de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Instrumento.

4.1.25 Orientar os seus empregados a agirem com cortesia, educação, urbanidade e fino trato com todos os usuários dos seus serviços.

4.1.26 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

4.1.27 Apresentar cópia de ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviço mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, §1º, II, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 (Acórdão TCU-Plenário 2510/2012).

4.1.28 Apresentar cópias autenticadas (ou original e cópia a ser conferida pela Gestão/Fiscalização da Contratação) dos documentos que seguem, nas respectivas periodicidades:

4.1.28.1 Mensalmente:

4.1.28.1.1 Recibo de pagamento de salário (contracheque), assinado pelo empregado, inclusive adicionais, conforme o caso, relativos ao mês a que se referir a nota fiscal ou fatura.

4.1.28.1.2 Registro de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), que será posteriormente verificado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.1.28.1.3 Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), relativa ao mês anterior a que se referir a nota fiscal ou fatura, exceto no último mês da contratação, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido neste Instrumento.

4.1.28.1.4 Recibo de fornecimento de vales-transporte e auxílio alimentação, relativo ao mês a que se referir a nota fiscal ou fatura, ou declaração assinada pelo empregado de não uso do vale-transporte ou auxílio-alimentação.

4.1.28.1.5 Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) completa, contendo relação do empregado e resumo das informações à Previdência Social, referente exclusivamente ao contrato, relativa ao mês anterior a que se referir a nota fiscal ou a fatura.

4.1.28.1.6 Guia de recolhimento dos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativa ao mês anterior a que se referir a nota fiscal ou a fatura, exceto no último mês da contratação, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços.

4.1.28.1.7 Parcelas devidas aos empregados por determinação da Convenção Coletiva de Trabalho.

4.1.28.1.8 Comprovante de depósito bancário da folha de pagamento do mês a que se referir a nota fiscal ou fatura.

4.1.28.2 Anualmente e quando ocorrer o evento:

4.1.28.2.1 Avisos e recibos de férias.

4.1.28.2.2 Recibos de 13º salário.

4.1.28.2.3 Comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

4.1.28.2.4 Sentenças normativas, acordos e convenções coletivas, conforme o caso.

4.1.28.2.5 Ficha de registro de novos empregados.

4.1.28.2.6 Contrato de trabalho de novos empregados.

4.1.28.2.7 Aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho (incluindo GRF – Guia Rescisória do FGTS).

4.1.28.2.8 Autorização para descontos salariais.

4.1.28.2.9 Outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

4.1.29 Disponibilizar, nos termos da Resolução TRE-SE 175/2014, vagas para presos egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, quando da execução do contrato, nas seguintes proporções:

a) 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de 20 ou mais trabalhadores.

b) 1 (uma) vaga quando da contratação de 6 a 9 trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga quando da contratação até 5 trabalhadores.

4.1.30 Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.

4.1.31 Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

4.1.32 Observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA 267/2000.

4.1.33 Realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.34 Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades em consonância com o programa de coleta seletiva do órgão.

4.1.35 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e para preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei 9.433/1997 e da legislação local, considerando a política socioambiental do órgão.

4.1.36 Evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento.

4.1.37 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

4.2 Obrigações do TRE-SE:

4.2.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto deste Termo de Contrato.

4.2.2 Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Contrato.

4.2.3 Fiscalizar a execução da Contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

4.2.4 Disponibilizar veículo para transportar os profissionais responsáveis pela execução dos serviços nos Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior.

4.2.5 Comunicar à Contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 Como garantia da regular execução deste Contrato, dentre as opções constantes do item 10 do Anexo I do Edital do Pregão 10/19 - Eletrônico (Termo de Referência), a Contratada oferece _____ no valor de R\$ _____ (_____).

5.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

5.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

5.2.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada.

5.2.4 Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela Contratada.

5.3 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que lhe será liberado em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.3.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a

garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

5.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo ao contratado reforçá-la sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais.

5.5 A garantia deverá ser prestada contando-se sua validade a partir da data de assinatura do contrato, estendendo-se a até 3 (três) meses após o término de vigência contratual.

5.6 Se o valor da garantia vier a ser utilizado, a Contratada se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, que ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

5.7 Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

5.8 Na garantia deverá constar compromisso da instituição garantidora prevendo que somente a liberará ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas decorrentes das rescisões dos contratos de trabalho, e que caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal, caso haja solicitação de resgate por parte deste.

CLÁUSULA SEXTA - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO, DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

6.1 A gestão da contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER), por meio de verificação da conformidade da execução às condições estabelecidas neste Termo de Contrato, no Termo de Referência e na proposta da Contratada e de aceitação ou atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

6.1.1 A fiscalização da contratação será realizada pela Seção de Manutenção Predial (SEMAN), por meio de acompanhamento da execução do objeto contratado, cabendo-lhe comunicar à COSER, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas.

6.2 A Gestão/Fiscalização da contratação será exercida no interesse do TRE-SE, não excluindo ou reduzindo esta atividade a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto contratado e pelos danos ou prejuízos por ele causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros.

6.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

6.3.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual.

6.4 Quando as decisões e as providências ultrapassem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

6.5 Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.6 As normas constantes dessas especificações não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes.

6.7 A execução completa desta contratação só acontecerá quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas.

6.8 Pela perfeita e fiel execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato, o TRE-SE efetuará o pagamento mensal, quando for o caso, do preço proposto em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal ou fatura da Contratada acompanhada de todos os documentos necessários à atestação pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por meio de qualquer tipo de Ordem Bancária.

6.8.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da atestação emitida pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a nota fiscal ou fatura necessários à atestação.

6.9 Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, conforme procedimento descrito no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo ao Edital, que tem por finalidade, dentre outras, aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos e obrigações contratuais.

6.9.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa, os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta no nome da Contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.

6.9.2 O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

6.9.3 Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

6.9.4 A Contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

6.9.4.1 Resgatar da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no **item 6.9.1**, desde que comprovado se tratar dos empregados alocados pela Contratada para prestação dos serviços contratados.

6.9.4.2 Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução da contratação, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no **item 6.9.1**.

6.9.5 Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme previsto no **item 6.9.4.1**, a Contratada, após

pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no **item 6.9.1**.

6.9.6 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, será liberado à empresa no momento definido na Resolução CNJ 169/2013 e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.9.7 Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.10 A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou fatura até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços.

6.11 A atestação será efetuada pela Gestão/Fiscalização da Contratação em até 2 (dois) dias, contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços.

6.11.1 A atestação do serviço na nota fiscal ou fatura não será efetuada enquanto houver pendências por parte da Contratada quanto à conformidade do objeto, cujas providências tenham sido comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.12 A Gestão/Fiscalização da Contratação rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Termo de Contrato, na respectiva proposta e no contrato.

6.13 O prazo para pagamento não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.14 Para o(s) pagamento(s), a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social (INSS), mediante Certidão Negativa de Débitos (CND); ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.14.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>, <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

6.14.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto o CRF e a CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

6.14.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e contrato.

6.14.3.1 Eventual mudança do CNPJ da Contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

6.15 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá dos prestadores de serviços sediados fora do Município de Aracaju a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS), conforme modelo IV do Decreto 3.393/2011.

6.15.1 A Contratada deverá previamente à emissão da nota fiscal efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://www3.webiss.com.br/AracajuSE/>.

6.15.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.16 Na hipótese de não ocorrer o pagamento na data prevista, conforme o caso, nos **itens 6.8 ou 6.8.1**, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

6.16.1 Salvo a atualização financeira prevista no **item 6.16**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.17 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.18 Qualquer incorreção nas notas fiscais ou faturas comunicada à Contratada, suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

6.19 Não havendo, ou sendo insuficiente a garantia, o TRE-SE descontará da nota fiscal ou fatura da Contratada valores decorrentes de multas e quaisquer prejuízos causados pela execução da contratação, incluídos os juros e/ou multas cobrados em decorrência do atraso no recolhimento à Previdência quando este tiver sido causado pela Contratada.

6.20 Caberá à Contratada, proceder, sem ônus para o TRE-SE, eventuais adequações, de forma a propiciar a perfeita execução dos serviços contratados.

6.21 No caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o TRE-SE fará retenção do pagamento da nota fiscal ou fatura, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.21.1 Caso a Contratada não comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas e as relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação da Gestão/Fiscalização da Contratação, o TRE-SE utilizará os valores retidos para:

6.21.1.1 Proceder ao depósito direto dos valores relativos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da Contratada

que exerceram suas atividades no TRE-SE no período, desde que operacionalmente possível e observando, para tanto, a legislação específica.

6.21.1.2 Efetuar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores da Contratada que exerceram suas atividades no TRE-SE no respectivo período.

6.22 O contrato resultante desta licitação admite uma única alteração de preço anual, conforme estabelecem os arts. 2º da Lei 10.192/2001 e 5º do Decreto 2.271/1997, podendo contemplar todos os componentes de custo que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica dessa variação devidamente justificada.

6.22.1 Se, no momento da repactuação, a Contratada ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos do **item 6.22**, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a Contratada, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 meses, a contar da data limite para apresentação das propostas constantes do ato convocatório), solicitar o reajuste de direito

6.23 A alteração de preço a título de repactuação poderá ser efetuada nos termos da legislação pertinente, especialmente em face de alteração dos salários normativos das categorias, acordados entre o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato das Empresas Empregadoras.

6.23.1 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

6.23.1.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

6.23.1.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.23.1.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.23.1.4 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.23.1.5 Os efeitos financeiros mencionados no **item 6.23.1.4** serão observados desde que a Contratada solicite a alteração até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o término da vigência contratual, o que ocorrer primeiro, e desde que cumprido o prazo mínimo de 1 (um) ano entre os ajustes, sob pena de preclusão.

6.23.1.6 Precluirá, ainda, o direito à repactuação, se, estando o contratado impossibilitado de postular a repactuação no momento da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, o mesmo não exigir que seja inserida no termo aditivo a ser celebrado cláusula por meio da qual resguarde seu direito à repactuação, a ser exercido tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou à convenção devidamente registrado.

6.23.2 Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, caberá à Contratada a demonstração da variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

6.23.3 A alteração de preço dos insumos envolvidos na prestação do serviço (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei), a título de reajuste e mediante acordo entre as partes, terá como limite a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

6.23.4 A contratada deverá instruir a solicitação com os documentos comprobatórios, cabendo-lhe também o encargo dos cálculos e a demonstração analítica do aumento dos custos.

6.23.5 Transcorridos 12 (doze) meses da contratação, independente de solicitação da contratada, o TRE-SE promoverá a exclusão dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação.

6.23.6 É vedada a inclusão, por ocasião da alteração de preço, reajuste ou repactuação, de benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de Instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

6.23.7 A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

6.23.7.1 As particularidades do contrato em vigência.

6.23.7.2 O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais.

6.23.7.3 A nova planilha com a variação dos custos apresentada.

6.23.7.4 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

6.23.8 A decisão sobre o pedido de repactuação será tomada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado o prazo a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.23.9 O TRE-SE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

6.23.10 O prazo referido no **item 6.23.8** ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo TRE-SE para a comprovação da variação dos custos.

6.23.11 A vantajosidade econômica para a prorrogação estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:

6.23.11.1 Os itens envolvendo a folha de salários forem reajustados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de lei.

6.23.11.2 Os itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) forem reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

6.23.11.3 Aplicam-se à repactuação de preços os critérios estabelecidos nos **itens 6.23.11, 6.23.11.1 e 6.23.11.2**.

6.24 As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Termo de Contrato serão devolvidas à Contratada, não correndo, neste caso, o prazo estipulado no **item 6.11**, iniciando-se, somente, a partir da completa regularização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS OU DAS SUPRESSÕES

7.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Termo de

Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

7.1.1 O limite estabelecido no **item 7.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE-SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

8.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo à execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

8.1.1.1 A advertência será aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, mediante aviso escrito à Contratada, após 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

8.1.2 Multa sobre o valor mensal contratado, conforme o caso:

8.1.2.1 De até 5% (cinco por cento), no caso de não facilitar, atender ou informar o solicitado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

8.1.2.2 De até 10% (dez por cento), no caso de não alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos.

8.1.2.3 De até 15% (quinze por cento), no caso de cumprir irregularmente as obrigações, especificações ou prazos.

8.1.2.4 De até 20% (vinte por cento), no caso de não cumprir as obrigações, especificações ou prazos.

8.2 O atraso injustificado na execução dos serviços contratados sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor do contrato, por cada dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 2% (dois por cento).

8.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.3.1 No caso de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia, o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no **item 8.3**, poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

8.4 As multas a que alude este Termo de Contrato não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.5 As multas previstas neste Termo de Contrato, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontados, em ordem de preferência, da garantia prestada, dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE ou cobradas judicialmente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua notificação.

8.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

8.7 O Contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

8.7.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

8.7.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao TRE-SE.

8.7.3 Por até 5 (cinco) anos, no caso de comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

8.8 A sanção do **item 8.7** poderá ser aplicada conjuntamente com as sanções dos **itens 8.1.2, 8.2 e 8.3**.

8.9 A sanção prevista no **item 8.7** é de competência da Diretoria-Geral do TRE-SE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação.

8.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que documentará todos os contatos e fixará prazos de atendimento.

8.10.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pela Gestão/Fiscalização da Execução da Contratação, pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da contratada.

8.11 À Contratada que se enquadrar em determinada conduta penalizável se aplicarão os seguintes critérios:

8.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

8.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

8.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

8.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

8.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos **itens 8.11.1 e 8.11.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa fé da Contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

8.12 A advertência referida no **item 8.1.1.1**, bem como as notificações previstas neste item, serão realizadas preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail) para o endereço informado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do TRE-SE,

caso em que será comunicado à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial da contratação enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento

10.2 Constituem motivos para a rescisão da contratação:

10.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações ou prazos.

10.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações ou prazos.

10.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE-SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

10.2.4 O atraso injustificado no início da execução da contratação.

10.2.5 A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao TRE-SE.

10.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

10.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

10.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Gestão/Fiscalização da Contratação, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

10.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução.

10.2.10 A decretação de falência.

10.2.11 A dissolução da sociedade.

10.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE-SE, prejudique a execução da contratação.

10.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE-SE.

10.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido no **item 7**, na hipótese de não celebração do acordo previsto no **item 7.1.1**.

10.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do TRE-SE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

10.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE-SE, decorrentes de objeto já executado e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

10.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE-SE, nos prazos contratuais.

10.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

10.2.19 O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10.3 A rescisão da contratação poderá ser:

10.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do TRE-SE, nos casos enumerados nos **itens 10.2.1 a 10.2.13 e 10.2.18**.

10.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE-SE.

10.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

10.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Gestão/Fiscalização da Contratação e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE-SE.

10.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos **itens 10.2.13 a 10.2.18**, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

10.5.1 Devolução da garantia contratual.

10.5.2 Pagamentos devidos pela execução da contratação até a data da rescisão.

10.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos **itens 10.2.1 a 10.2.13 e 10.2.18** acarreta as seguintes consequências para a Contratada, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Contrato:

10.6.1 A retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos prejuízos causados ao TRE-SE.

10.6.2 Execução da garantia contratual, para ressarcimento ao TRE-SE, dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

10.7 Quando da rescisão contratual, a Gestão/Fiscalização da Contratação deve verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, sendo submetida a análise da Seção de Contabilidade Gerencial (SECOG).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta dos Programas de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça

Eleitoral, Grupo Natureza de Despesa (GND) - Outras Despesas Correntes, Nota de Empenho 2019NEXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

12.1 A Contratada indica _____, CPF _____, CI _____, SSP/____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se o TRE-SE o direito de solicitar motivadamente, a qualquer tempo, sua substituição, caso em que a Contratada deverá indicar outro representante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Termo de Contrato é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 Aplicam-se a este Termo de Contrato e aos casos omissos a Lei 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 175/2014, a Resolução TRE-SE 120/2015 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, cujo extrato fica registrado, de acordo com o art. 60, da Lei 8.666/1993, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em três vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Aracaju, de _____ de 2019.

Desembargador JOSÉ DOS ANJOS
Presidente

NOME DA(O) REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA
Razão Social da Contratada

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

VERIFICAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DE MÃO DE OBRA – SERVIÇOS CONTINUADOS DE TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO, BEM COMO DA QUALIDADE EXIGIDA E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

1. INTRODUÇÃO

O procedimento a ser adotado visando a avaliação do resultado relativo ao contrato de prestação de **SERVIÇOS CONTINUADOS DE TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO** encontra-se descrito neste documento, que deverá ser efetuado periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados, sendo estes encaminhados ao(à) gestor(a) do Contrato.

2. OBJETIVO

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços.

3. REGRAS GERAIS

A avaliação da CONTRATADA na prestação dos serviços e cumprimento de suas obrigações será realizada por meio da análise do Indicador de Qualidade (IQ).

4. CRITÉRIOS

Nos “Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços” (Anexos IV- A) devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondentes aos conceitos “**Realizado**”, “**Parcialmente Realizado**” e “**Não Realizado**”, respectivamente.

4.1 CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS AVALIADOS:

Realizado	Parcialmente Realizado	Não Realizado
3 (três) pontos	1 (um) ponto	0 (zero) ponto

4.2 CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

- Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), o(a) gestor(a) do Contrato deverá realizar reunião com a CONTRATADA, ate 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- Havendo reincidência por 03 (três) vezes consecutivas ou intermitentes, no período de 01 (um) ano, será realizada abertura de processo administrativa, visando aplicação de sanções previstas em contrato, independente se a soma da pontuação for maior ou igual ao percentual de 80% (oitenta por cento) obtido no Indicador de Qualidade.
- Na impossibilidade de se avaliar determinado item, deverá ser atribuída a pontuação máxima.
- Sempre que a CONTRATADA solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo(a) gestor(a) do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5. COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE QUALIDADE

Será formado baseado no percentual obtido no formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço (Anexo IV-A).

- Cálculo do Indicador de Qualidade (IQ):** corresponde à pontuação obtida através da avaliação mensal dos serviços prestados, conforme os critérios constantes no Formulário de Avaliação do Indicador de Qualidade dos Serviços. Será mensurado através do seguinte cálculo:

$$IQ = \frac{(I1 + I2 + I3 + I4 + \dots + In)}{n} \times 100$$

n

Onde:

IQ= Indicador de qualidade

I1= Pontuação do Item 1

I2= Pontuação do Item 2

I3= Pontuação do Item 3

I4= Pontuação do Item 4

n= Número de pontos possíveis

6. DESCONTOS REALIZADOS PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO IMR

6.1. Descumpridas as condições especificadas, serão aplicados descontos das respectivas faturas mensais, baseadas na pontuação obtida no Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço no (Anexo IV-A), conforme com o seguinte quadro:

% obtido no Formulário de Avaliação de Qualidade	Parâmetro para emissão do valor da Nota Fiscal	Descontos Aplicados
$\geq 80 \%$	Pagamento integral (100%) do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade com geração de atestado de capacidade técnica	Sem desconto
$60\% \leq IQ \leq 80\%$	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	5% de desconto do valor da Nota fiscal
$60\% \leq IQ \leq 80\%$ e Reincidência ou Reincidência pontuação zero nos itens (Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços)	Pagamento de 90% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	10% de desconto do valor da Nota Fiscal
$IQ < 60\%$	Pagamento de 85% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	15% de desconto do valor da Nota Fiscal

7. RESPONSABILIDADES

7.1. Fiscalização

- Responsável pela avaliação da CONTRATADA por meio da utilização do **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo IV-A). Será responsável, ainda, pelo encaminhamento da documentação de avaliação para a Gestão da Contratação.

7.2. Gestão da Contratação

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas, preenchimento do **Formulário de Avaliação da Contratada** e, pelo encaminhamento das consolidações e do relatório para pagamento da CONTRATADA;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

8. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

8.1. Caberá à Fiscalização, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo IV-A), efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da CONTRATADA.

8.2. No final de cada mês de apuração, a Fiscalização da Contratação, relativamente ao respectivo posto de trabalho, deve encaminhar, **em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços** (Anexo II-A) gerados no período,

acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero) ou 1 (um)** para a Gestão da Contratação.

8.3. Cabe à Gestão da Contratação, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da CONTRATADA frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a CONTRATADA.

8.4. De posse dessa avaliação, a Gestão da Contratação deve aplicar na medição seguinte os descontos pertinentes previstas neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da CONTRATADA.

8.5. A Contratada deverá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de 5 dias, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Contratação em até 02 dias.

8.6. Caso a Gestão da Contratação entenda que cabe razão a Contratada, informará a mesma para que emita a nota fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

8.7. Caso a Gestão da Contratação entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultados, caberá a Contratada emitir a nota fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

8.8. Caberá à Gestão da Contratação encaminhar mensalmente a CONTRATADA, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da CONTRATADA em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

ANEXO IV – A – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇO

Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviço

Contrato número:	Mês:	Data:
Contratada:		
Responsável pela fiscalização:		
Gestor(a) do Contrato:		

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO – CONFORME ITEM 4.0
1	Assiduidade	
2	Pontualidade	
3	Atendimento com urbanidade aos servidores e terceiros	
4	Responsabilidade quanto ao patrimônio	
5	Responsabilidade quanto a execução dos serviços	
6	Uso de uniformes	
7	Substituição de empregado, em caso de ausências	
8	Discrição	
Houve reincidência, em algum item acima, relatar:		

ANEXO IV – B – FORMULÁRIO DE FORMAÇÃO DE VALOR PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

Contrato nº:	Empresa:	
Fiscal:	Mês:	Data:
Gestor(a):		

INDICADOR DE QUALIDADE		
MECANISMO DE CÁLCULO	<div>(I1+I2+I3+I4+ In) X 100</div> <div>IQ = -----</div> <div>24</div>	
PERCENTUAL INDICADOR DE QUALIDADE		
VALOR DO SERVIÇO PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL		
Mecanismo de Cálculo	% obtido no indicador de qualidade	% Desconto
	≤ 80%	Sem desconto
	60% ≤IQ≤80%	5% de desconto do valor da nota fiscal
	60%≤IQ≤80% e reincidência ou Reincidência em pontuação zero nos itens	10% de desconto do valor da nota fiscal
	IQ<60%	15% de desconto do valor da nota fiscal
Cálculo	% Obtido no Indicador de Qualidade= % Desconto=	
Valor do Serviço (R\$)		



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA, Analista Judiciário**, em 03/10/2019, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 informando o código verificador **0763653** e o código CRC **AAF946F2**.